

Só Fachada

O reconhecimento pelo próprio poder público da existência de uma grave crise da saúde no país denota um avanço da consciência coletiva a respeito desse problema há anos negligenciado. Já não é só a sociedade a questionar a vigência de doenças que deveriam estar controladas ou a permanência de falhas e contradições do sistema de atendimento, que ainda não oferece estrutura confiável.

A Comissão Nacional de Reforma Sanitária tem a intenção de sensibilizar os constituintes para a evidência de que saúde é direito de todos e dever do Estado. Isto quer dizer que o sistema atual, profundamente distorcido, deve ser reformulado de modo a esclarecer as responsabilidades da União, dos estados e municípios, associando também o setor privado a uma política nacional de saúde.

Olhando para dentro de si mesmo, fica mais fácil ao governo verificar a procedência das objeções críticas, e o abismo criado entre o direito do cidadão à saúde e o atendimento que lhe é oferecido. Relevantes parcelas da comunidade, as que podem se beneficiar da assistência empresarial, têm menos queixas; a maioria, porém, que se submete aos esquemas oficiais, vive a sensação do abandono ou da negligência.

Duvida-se que o presidente da República tenha tido acesso aos diagnósticos mais dramáticos da saúde pública no Brasil, entre os quais o que situa na máquina burocrática a origem do drama sanitário que vivemos. Admite-se que o ministério da Saúde, na

teoria, é um; e que, na prática, trata-se de mero auxiliar da Previdência Social.

Nas declarações que fez ao JORNAL DO BRASIL sobre este país enfermo, a Secretária Nacional dos Programas Especiais de Saúde, Fabíola de Aguiar Nunes, expôs de forma competente a extensão da crise sanitária. Sua denúncia é para ser ouvida, apesar de que, por ela, tivesse de pagar o preço das férias "compulsórias".

Os dados sobre infecção hospitalar (o controle só atinge 10% dos 6 mil hospitais brasileiros), sobre o sarampo (só oito Estados receberão vacinas, porque falta vacina) ou sobre a manipulação do controle da natalidade (que libera os mais ricos e induz os mais pobres a não procriarem, para que desta maneira se limite o crescimento da pobreza) são edificantes.

Na realidade, a crise da saúde no Brasil não decorre só da falta de vontade política para reverter o que há de errado. Decorre também da subjugação de competências administrativas ao mastodonte burocrático.

O sistema de saúde, hoje, nada mais é do que uma colcha de retalhos malcosturada pelo ministério próprio e pelos ministérios superpostos, desde o da Previdência, que praticamente domina o setor, aos da Educação, do Trabalho, do Interior. Daí a Sra. Fabíola de Aguiar Nunes reconhecer que à saúde falta tudo, até mesmo decisão. Pois a saúde, com tantos desvios de trilho, aparenta ter alguma coisa, mas nada tem. É só fachada.